



NATÁLIA MARQUES DE CARVALHO

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM PARAÍBA DO SUL-RJ

Itaperuna

2021

NATÁLIA MARQUES DE CARVALHO

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM PARAÍBA DO SUL-RJ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de
Graduação em Arquitetura e
Urbanismo ao Centro Universitário
Redentor.

Orientadora: Prof.^a Dra. Bárbara Thomaz

Itaperuna

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor (a) (es): NATÁLIA MARQUES DE CARVALHO

Título: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM PARAÍBA DO SUL-RJ.

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Instituição: Centro Universitário Redentor

Área de Concentração: Arquitetura e Urbanismo com ênfase em Arquitetura

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a.

M.Sc. (pode ser também Me. – mestre-. Ma. – mestra)

Instituição:

Prof^a.

M.Sc.

Instituição:

Prof^a.

D.Sc. (Dr. ou Dr^a.)

Instituição:

RESUMO

O assentamento informal Santa Josefa, fica localizado no bairro Liberdade em Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, às margens do rio invadindo o domínio de preservação permanente e ocupando em grande parte os limites da linha férrea existente. Neste sentido, entende-se a necessidade de um projeto de reassentamento de parte desta população, que neste trabalho será realizado por meio de um conjunto habitacional de interesse social. Na busca de qualificar o espaço, tem-se como objetivo elaborar uma proposta de um projeto habitacional que atenda ao máximo as necessidades dessas famílias, fornecendo uma habitação digna e de qualidade. Com a intenção de favorecer um ambiente participativo, com atividades de lazer e coerente com a realidade cotidiana dessas pessoas, espera-se, além de tudo, garantir que a arquitetura e urbanismo funcione de maneira a criar identidade dos mesmos com o seu ambiente.

Palavras Chave: Habitação de interesse social; reassentamento; arquitetura e urbanismo;

ABSTRACT

The informal settlement Santa Josefa is located in the neighborhood Liberdade in Paraiba do Sul, Rio de Janeiro, on the banks of the river invading the permanent preservation area and occupying a large part of the limits of the existing railway line. In this sense, it is understood the need for a resettlement project for part of this population, which in this work will be carried out by means of a social interest housing complex. In the search to qualify the space, the goal is to elaborate a proposal for a housing project that meets the needs of these families as much as possible, providing a decent and quality housing. With the intention of favoring a participatory environment, with leisure activities and consistent with the daily reality of these people, it is hoped, in addition to everything else, to ensure that the architecture and urban planning work in such a way as to create an identity for them with their environment.

Key words: Social interest housing; resettlement; architecture and urbanism;

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	1
1.1.Evolução Histórica da Habitação Social no Brasil	3
1.2.Reassentamento e a importância da Arquitetura e Urbanismo	4
1.3.Problemática	5
1.4.Justificativa	9
2.OBJETIVOS.....	9
2.1.Objetivos gerais.....	9
2.2.Objetivos específicos	10
3.PÚBLICO-ALVO	10
4.JUSTIFICATIVA DO LOCAL	12
4.1.Terreno.....	14
4.2.Legislação.....	16
5.METODOLOGIA	18
5.1.Visita Técnica	18
5.1.1.Conjunto Residencial do Pedregulho	19
5.1.2 Comunidade Eldorado.....	22
5.2.Referência projetual geral	26
5.2.1.COPROMO - Cooperativa Pró Moradia de Osasco – USINA.....	27
5.2.2.Urbanização do Jardim Vicentina / Vigliecca & Associados	30
6.RESULTADOS ESPERADOS	35
6.1.1.Conceito.....	35
6.1.2.Forma.....	35
6.1.3.Implantação	36
6.1.4.Programa de Necessidades	37
7.CONCLUSÃO	39
8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Macrolocalização do Município de Paraíba do Sul/RJ.....	2
Figura 2 – Localização Área de Intervenção.....	2
Figura 3 - Microlocalização área de intervenção	6
Figura 4 - Imagem das Casas Margem do Rio	7
Figura 5 - Imagem das Casas Margem da Linha Férrea	7
Figura 6 - Alagamento População a margem do Rio	8
Figura 7 - Microlocalização área de intervenção	12
Figura 8 - Uso e Ocupação do Bairro	13
Figura 9 - Terreno escolhido para Reassentamento.....	14
Figura 10 - Ventos e Insolação	15
Figura 11 - Mapa de Gabaritos	15
Figura 12 - Pedregulho antes da Restauração	19
Figura 13 - Pedregulho após Restauração	19
Figura 14 : Setorização do Conjunto Pedregulho	20
Figura 15 - Corte e Implantação do Pedregulho	21
Figura 16 – Corredor Pedregulho	22
Figura 17 – Comunidade Eldorado	23
Figura 18 – Mundo Perdido	24
Figura 19 – Planta Baixa Habitação modelo Mundo Perdido.....	25
Figura 20 – Assentamento das Casas populares	25
Figura 21 – Residência Modificada.....	26
Figura 22 – Implantação	27
Figura 23 – Processo Construtivo.....	28
Figura 24 - Setorização.....	29

Figura 25 – Conjunto Habitacional Finalizado	30
Figura 26 – Implantação proposta	31
Figura 27 - Fachada - Corredores de Acesso.....	32
Figura 28 - Corredores de Acesso.....	32
Figura 29 - Setorização Planta Tipo 01.....	32
Figura 30 - Setorização Planta Tipo 2.....	33
Figura 31 - Setorização Planta Tipo 3.....	34
Figura 32 - Composição da Forma 1.....	36
Figura 33 - Composição da Forma 2.....	36
Figura 34 - Forma Final.....	36
Figura 35 - Implantação do Projeto.....	37
Figura 36 - Layout Pavimento Térreo - Tipo 01.....	38
Figura 37 - Layout Pavimento Superior - Tipo 02.....	39
Figura 38 - Perspectiva do Projeto.....	41

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária	11
Gráfico 2 - População por Sexo.....	11

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Índices Urbanísticos	118
---------------------------------------	-----

1. INTRODUÇÃO

Desde 1948, com a declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como virtude de uma pessoa humana, em 1988 a Constituição Federal através da emenda constitucional nº26/00, em seu artigo 6º, caput, cita:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Não resta dúvidas acerca da importância da moradia como instrumento de equilíbrio social, no entanto nem sempre correspondem às reais expectativas e necessidades dos moradores. A política voltada à habitação de interesse social, visa a melhoria das condições de moradias, oferecendo ao cidadão um local que disponha de segurança, higiene, conforto, respeitando a acessibilidade e que possam suprir as necessidades dos grupos familiares.

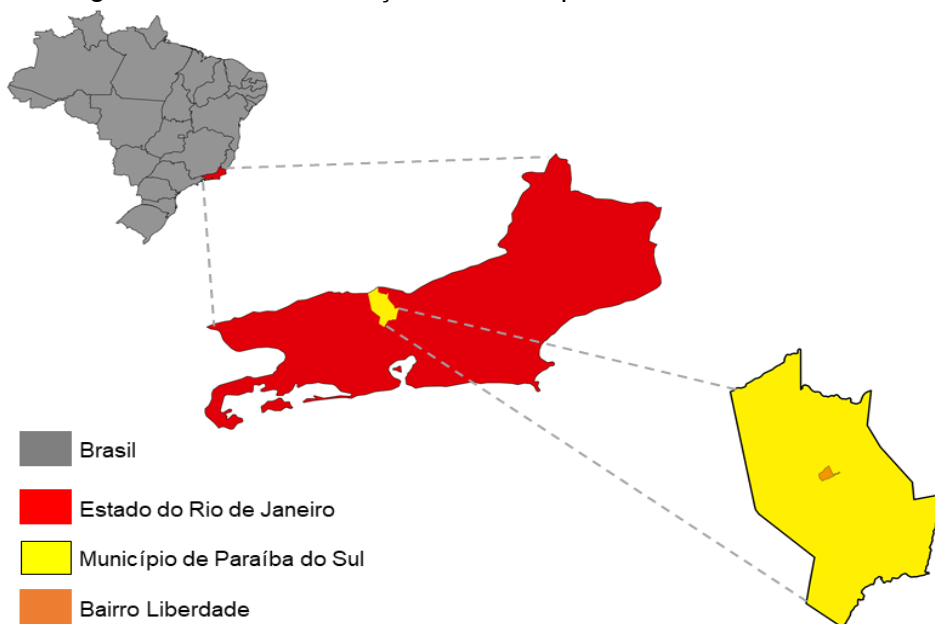
No Brasil a realidade são construções com dimensões mínimas necessárias para a realização das atividades em seus ambientes internos. Alguns dos grandes problemas que estas construções apresentam são aglomeração de pessoas em um mesmo local, congestionamento de móveis por dimensionamento mínimos ou falta de dimensionamento e a sobreposição de funções em um mesmo ambiente.

Quando o projeto se torna inadequado às atividades de uma família, o proprietário tende a fazer alterações e ampliações, descaracterizando o projeto inicial, influenciando na qualidade da moradia e tornando-a deficiente. Informações obtidas por ocupantes mostram, a insatisfação com o tamanho da casa e com a adequação dos cômodos (BRANDÃO 2011, p.74).

Na cidade objeto de estudo deste trabalho, Paraíba do Sul, localizada na região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, (figura 1) a realidade não é diferente da mencionada anteriormente. Existe uma população do bairro Liberdade (figura 2), que vive em um assentamento informal - Santa Josefa, onde uma parte das famílias reside às margens do rio Paraíba do Sul enquanto a outra parte, está nos limites da faixa de domínio da linha férrea de transporte de carga. Ou seja, esta comunidade se caracteriza pela ocupação de áreas de não

edificáveis e de risco ambiental, conforme mostrado na figura 2 (mancha vermelha)

Figura 1 - Macrolocalização do Município de Paraíba do Sul/RJ



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Figura 2 – Localização Área de Intervenção



Fonte: Google Earth / Elaborado pelo autor (2021)

Desta forma foi pensado em reassentar essas famílias com habitação de interesse social, localizando um terreno próximo a essa população, visto que está situada em um bairro central. (Item 2) da figura 2. Para a viabilidade da proposta exposta acima, se faz necessário então o entendimento claro de aspectos que rodeiam a habitação social e os processos de reassentamento, principalmente no Brasil. Para tal entendimento foi realizada a pesquisa que

segue, revisando desde aspectos históricos, e sociais às condicionantes das famílias e comunidade objeto deste trabalho.

1.1. Evolução Histórica da Habitação Social no Brasil

A urbanização no Brasil segundo SANTOS (2009), se desenvolve a partir do século XVIII, aprimora-se século XIX e apenas no século XX é que atinge as características da atual urbanização.

Em relação a habitação social, com o aumento populacional nas cidades durante a era Getúlio Vargas, fez-se necessária a ação do Estado que, com recursos dos novos institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) criou-se um fundo de financiamento de habitações sociais para uma parte desta população vinda do campo. (RUBIN,2014).

No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) foi criada a Fundação Casa Popular (FCP) que tinha como objetivo o financiamento de moradias e investimentos em infraestruturas relativas, entre outras coisas, ao abastecimento de água, coleta de esgoto e fornecimento de energia elétrica (VALADARES E HOFFMAN,s.d).

Neste meio tempo do Golpe Militar de 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que extinguiu o FCP, ocorreu uma produção em série de habitações sociais com a intenção de solucionar os déficits habitacionais. (BONDUKI,2004).

Em 1986, o BNH chegou ao fim, e suas funções foram repassadas para Caixa Econômica Federal, trazendo como resultados, programas alternativos, como o Programa Nacional de Mutirões. O enfraquecimento das Companhias Estaduais de Habitação (COHABS), fez com que os programas tradicionais direcionassem apenas para famílias com maior poder aquisitivo. (MACHADO, 2018 apud TANABE, 2019).

Ainda segundo MACHADO, (2018) apud TANABE, (2019), no período de 1995 a 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram retomados os financiamentos habitacionais com base no FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, utilizando de programas que buscava beneficiar famílias com recursos do FGTS, com até três salários mínimos.

Nos anos de 2003 a 2006, período do Presidente Luís Inácio da Silva, aumentaram os investimentos para produção de habitações sociais no Brasil. (BONDUKI, 2004). Em 2007, o governo Federal lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), beneficiando áreas como infraestrutura, setores da habitação, saneamento e a urbanização de assentamentos escassos. (TANABE, 2019).

Em 2009, ainda no governo Lula, lançam o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com a intenção de combater a crise econômica dinamizando a atividade da construção civil.

No ano de 2011, governo da Presidente Dilma Rousseff, o programa MCMV, continuou atuando com o propósito de resolver o déficit de habitacional, no período a presidente declarou que a terceira etapa do programa era a construção de 3 milhões de habitações até 2018. (TANABE, 2019).

Atualmente, no governo do então Presidente Jair Messias Bolsonaro o programa Minha Casa Minha Vida, foi substituído pelo chamado Casa Verde e Amarela, garantindo o acesso da população a uma moradia digna, garantindo mais qualidade de vida. A partir de medidas que darão mais eficiência à aplicação dos recursos, a meta é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024. (FEDERAL, 2020).

Diversas críticas podem ser formadas acerca da Habitação Social no Brasil, com deficiências tais como construções em áreas distantes e sem urbanização, alinhando centenas de casas idênticas e minúsculas, ou verticalizando habitações em pequenos espaços com insatisfatório padrão construtivo, e enorme impacto ambiental e social.

Desta forma o objetivo deste trabalho é propor habitações sociais funcionais, diferente da realidade encontrada, levando em consideração as necessidades básicas dos moradores.

1.2. Reassentamento e a importância da Arquitetura e Urbanismo

O Ministério das Cidades por meio da Portaria nº 317, de 18 de julho de 2013, define o reassentamento como:

[...] “processos de realocação física por meio de reposição do imóvel afetado por unidade habitacional ou comercial construída especificamente para esse fim ou adquirida no mercado, que são adjudicadas, de acordo com as características da intervenção,

de forma onerosa ou sem custo para a família reassentada” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2013).

As famílias reassentadas podem sofrer impactos sociais e psicológicos com tal mudança resultando na não apropriação do espaço. Desta forma, afeta não só a saúde e bem-estar das famílias, como também a conservação dos espaços, resultando em abandono de unidades, vandalismo, etc. (CAVALHEIRO, 2015).

Para assistir as famílias reassentadas, no Brasil existe o Trabalho Social (TS), que é um conjunto de estratégias, ações e processos que visa “Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014). Os eixos de trabalho, segundo a Portaria nº 21 de janeiro de 2014, são: “mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; [...] educação ambiental e patrimonial e desenvolvimento socioeconômico.”

Neste processo de reassentamento habitacional, a arquitetura e urbanismo são essenciais para encontrar aspectos relacionados à interação entre o ser humano e o ambiente construído, que impactam sobremaneira na elaboração do projeto. Além disso, o morador necessita buscar soluções próprias para adaptação ao seu novo espaço habitacional.

Desta forma ressalta-se a importância da arquitetura também para oferecer mais qualidade ao usuário final, delegando ao arquiteto a busca por valorizar as áreas de preservação, fazendo com que a sua implantação permita a apropriação de maneira sustentável e equilibrada.

1.3. Problemática

O abandono ou falta de interesse dos governantes nas regiões mais pobres da cidade, muitas vezes força a população de baixa renda a construir suas moradias em áreas indevidas. Assim como

“grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental estão ameaçadas pela ocupação com uso habitacional irregular, sendo em alguns casos por absoluta falta de alternativas. As consequências de tal processo atingem toda a cidade, mas especialmente às camadas populares.” (MARICATO, 2003 apud SCOFANO, 2016).

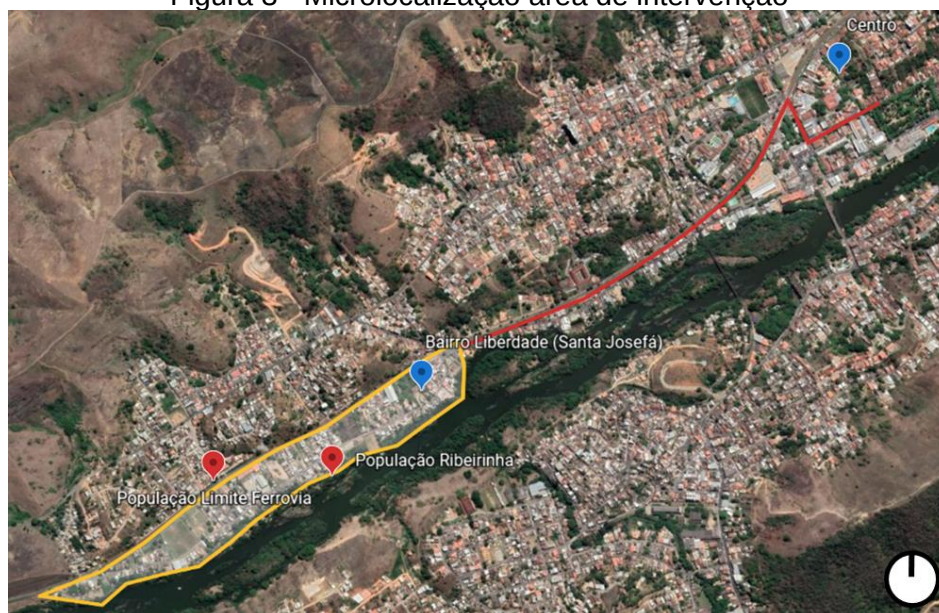
Segundo Ferreira (2012), as políticas públicas de moradia não foram feitas para os pobres, atendendo de uma maneira muito mais significativa as classes média e baixa média. E os investimentos do governo, acontecem por interesse das classes dominantes. Desta forma fica claro que essa população depende dos financiamentos públicos destinados à moradia social.

O município de Paraíba do Sul, localizada na região Sul Fluminense, a 135km da capital, é uma das 92 cidades do Estado do Rio de Janeiro. Com relevo predominantemente montanhoso, a cidade destaca-se pelo Rio Paraíba do Sul que corta o centro, dividindo o 1º distrito dos demais. (PREFEITURA,2020).

A população estimada pelo Censo em 2010 é de 41.084 habitantes. (IBGE,2020). O município foi considerado como de pequeno porte II pela Política Nacional de Assistência Social. Possui déficit habitacional, visto que a habitação é um problema que atinge milhares de pessoas em nosso país. (LIS, 2021).

As áreas de assentamento informal deste trabalho (figura 3), estão localizadas, no bairro Liberdade conhecido como comunidade Santa Josefa, nome este originado pela Igreja Católica Santa Josefa existente no local. Sua localização é de aproximadamente 1,5km do centro da cidade, facilitando os moradores a realizarem suas principais atividades do dia a dia.

Figura 3 - Microlocalização área de intervenção



Fonte: Google Earth / Elaborado pelo autor (2021)

As famílias que vivem na área informal do bairro, possuem baixa renda e viram a oportunidade de se instalarem às margens do rio e da linha férrea para ficarem próximas ao centro da cidade e a infraestrutura do entorno na busca por melhores condições de vida.

Figura 4 - Imagem das Casas Margem do Rio



Fonte: Google Earth

Figura 5 - Imagem das Casas Margem da Linha Férrea



Fonte: Pelo autor (2020)

Durante as cheias de verão, parte da população deste bairro, fica desalojada por conta das fortes chuvas que invadem suas casas (figura 6). Esse é um problema que ocorre a muitos anos, mas mesmo passando por esses transtornos e os riscos, as pessoas permanecem no local.

Figura 6 - Alagamento População a margem do Rio



Fonte: G1 com adaptações pessoais, 2021.

Em consulta ao CRAS que abrange a comunidade Santa Josefa, foi relatado que nos meses de janeiro a abril deste ano, 148 famílias da comunidade buscaram a unidade a fim de pleitearem um imóvel para residirem.

Destas 148 famílias, 18 foram classificadas pelo Centro de Referência de Assistência Social do Município como em situação social crítica necessitando de assistência contínua do Serviço Social.

Essas pessoas ocupam uma área de risco ambiental e ilegal, uma vez que estão em Áreas de Proteção Permanente e Faixa Marginal de Proteção. Além, como citado pela coordenadora do CRAS, são grandes grupos familiares que dividem apenas uma moradia.

Pensando nessas questões, este trabalho busca a realocação das 18 famílias que o CRAS do município de Paraíba do Sul relatou serem dependentes do auxílio do governo, por viverem em uma área informal e em condições precárias.

Desta forma, o intuito é reassentar essas famílias, propondo uma tipologia arquitetônica de habitação de interesse social com as perspectivas encontradas nos moradores. Com isso, espera-se proporcionar uma moradia que atenda as expectativas básicas, sejam materiais ou não, com qualidade estrutural, estética, ambiental alinhado a questões comunitárias e de sociabilidade.

1.4. Justificativa

A Habitação social desempenha três funções importantes: social, ambiental e econômica (LAGO, 2010 apud ANDRADE, 2019), onde respectivamente traga a população moradia digna, princípios básicos de infraestrutura, saúde, educação, transporte, lazer e oportunidade de emprego.

Entende-se que parte da comunidade do bairro Santa Josefa, vive hoje em imóveis considerados impróprios e de risco sendo 18 unidades referenciadas pelo CRAS como habitações sujeitas a desastres ambientais que resultem na alteração da dinâmica de vida desta população.

Com isso, este trabalho visa inicialmente fazer uma leitura da situação dessas 18 famílias que recebem esse acompanhamento pela assistência social, através de dados fornecidos pelo CRAS da comunidade, além do conhecimento empírico da dinâmica da comunidade.

Assim, com a elaboração de estudos que auxiliem a compreender melhor a comunidade em questão, busca-se elaborar uma proposta arquitetônica de habitação social de qualidade e que responda à realidade cotidiana da comunidade.

O reassentamento proposto prevê melhorias na qualidade de vida das famílias afetadas, garantindo que o direito de moradia digna seja estabelecido por meio de processo respeitoso às famílias, vínculos, histórias e cultura, desta forma o reassentamento foi pensado em ser estabelecido no mesmo bairro, em um vazio existente próximo a área de remoção.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivos gerais

Projetar um conjunto habitacional para reassentar 18 famílias ribeirinhas e que vivem às margens da linha férrea, localizadas em área de risco e preservação permanente no bairro Liberdade. O intuito é que essas pessoas possam usufruir de uma habitação de qualidade, segura, provida de infraestrutura, melhorando assim a qualidade de vida dos moradores.

2.2. Objetivos específicos

- Propor um espaço para reassentar famílias de uma área de assentamento informal;
- Desenvolver levantamento de dados da comunidade e do local;
- Criar habitações funcionais e de qualidade que atendam às necessidades das famílias;
- Proporcionar um projeto que corresponda a realidade cotidiana da comunidade;
- Propor espaços que propiciem a criação de um ambiente participativo e comunitário dentre os moradores.

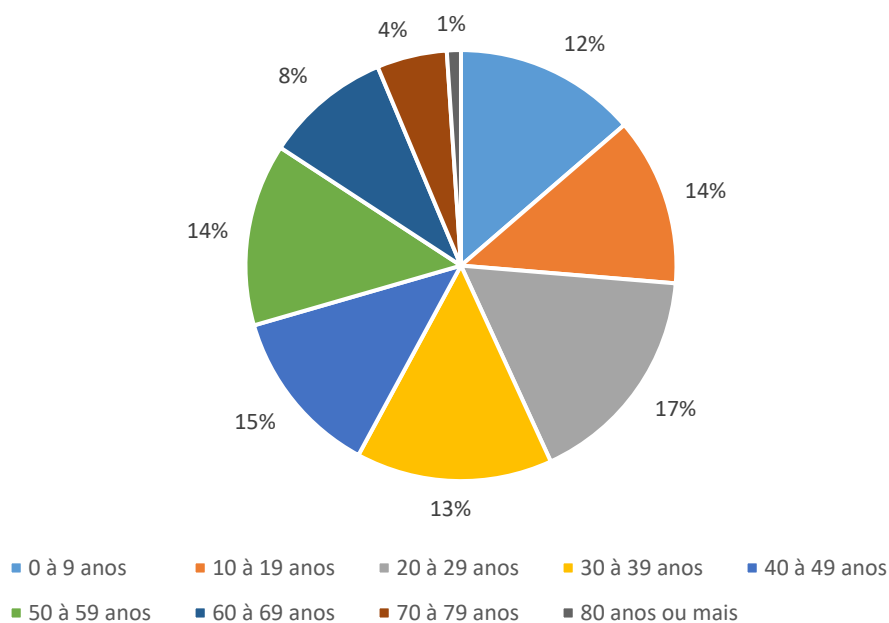
3. PÚBLICO-ALVO

O crescimento populacional da área objeto de estudo nos últimos anos, contribuiu para o aumento de construções de baixa qualidade e precárias comprometendo os aspectos de habitualidade e qualidade do ambiente construído.

O perfil do público-alvo é de uma população de baixa renda, que sofre com a desigualdade social, violência, menores oportunidades de trabalho, de educação e de saúde.

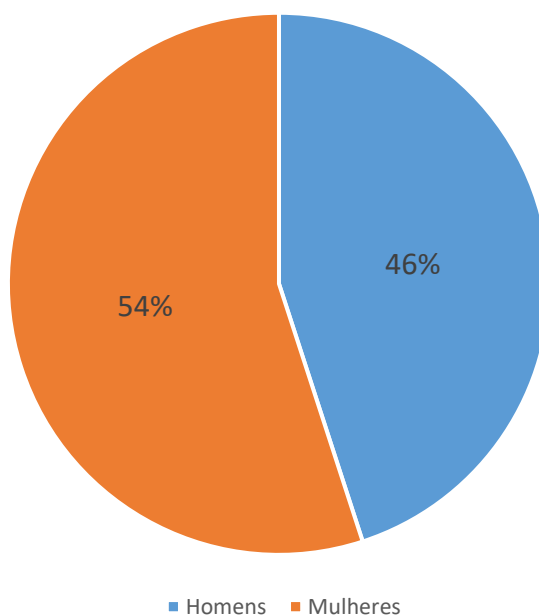
Segundo dados do Relatório de Cadastro Individual, fornecido pela Unidade Básica de Saúde – Santa Josefa, o bairro possui em sua maioria mulheres (gráfico 2), mães, pardas, entre 20 e 29 anos (gráfico 1), com grau de escolaridade, tanto entre homens quanto mulheres, em sua maioria, o ensino fundamental, de 5ª a 8ª série. A maior parte desta população se encontra desempregada, com um número entre 4 e 6 de pessoas por núcleo e média de 3 a 4 crianças, na faixa etária de 05 a 09 anos de idade. A renda média gira em torno de um salário-mínimo, com auxílios governamentais como bolsa-família e ou aposentadoria de um familiar.

Gráfico 1 - Faixa Etária



Fonte: Pelo autor (2021)

Gráfico 2 - População por Sexo



Fonte: Pelo autor (2021)

Especificamente, este trabalho busca atender famílias apontadas pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - como em maior risco ambiental e social. Segundo o CRAS, estas famílias são caracterizadas pelo grande número de membros em sua composição. Estas famílias, especificamente, que o projeto deste trabalho busca atender, é composta por

uma quantidade de 4 a 6 membros entre os quais crianças até nove anos, adultos chefes de família e idosos aposentados.

Assim, o projeto deste trabalho busca um programa eficiente para atender as necessidades de moradia digna para estas famílias.

4. JUSTIFICATIVA DO LOCAL

A área localizada para o reassentamento se encontra no mesmo bairro onde as famílias vivem, sendo isto fundamental para a manutenção dos laços afetivos com o local onde moram, poupando tempo e facilitando a adaptação a nova moradia.

O terreno é de propriedade particular, se encontra vazio e o acesso se dá por rua principal. Segundo a legislação do Plano Diretor (PARAÍBA DO SUL, 2006), a área está inserida em zona mista, cuja ocupação é estimulada igualmente tanto para atividades residenciais como de comércio, serviços e indústrias.

Figura 7 - Microlocalização área de intervenção



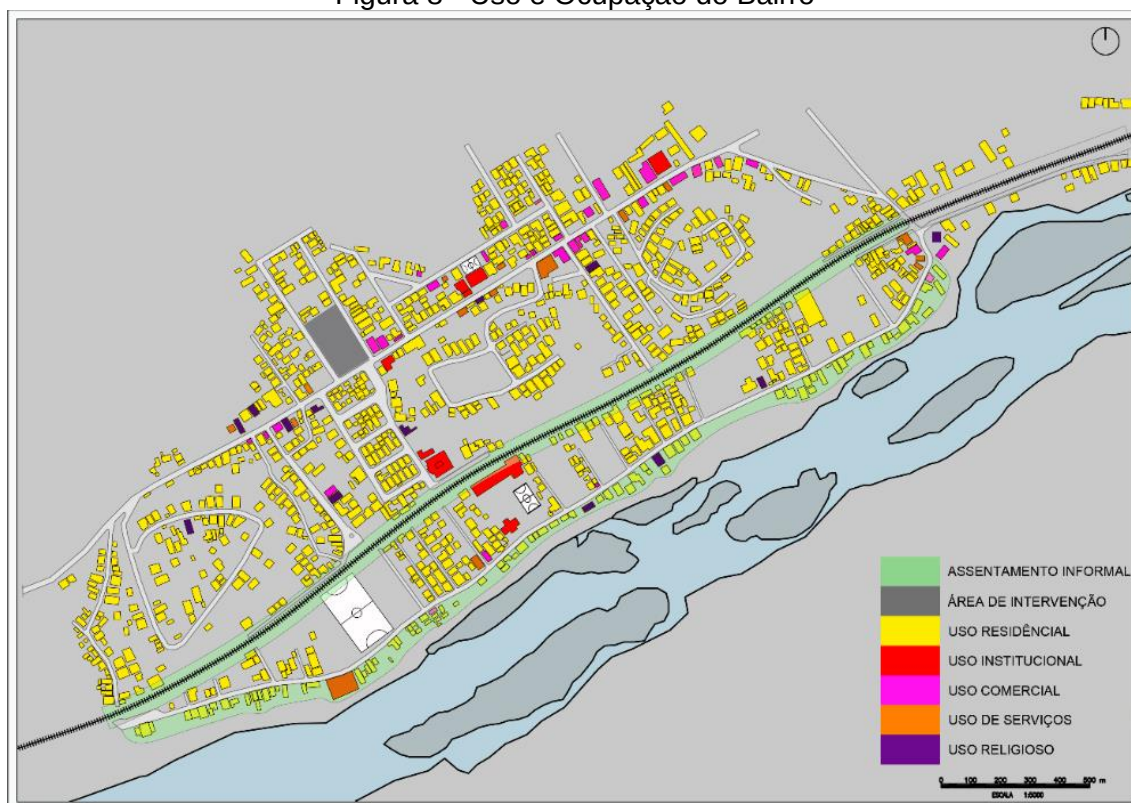
Fonte: Pelo autor (2021)

A escolha da área de intervenção se dá, além da proximidade ao local onde as famílias já ocupam, pelo fato de o bairro possuir localização privilegiada a, apenas, cerca de 1,5km do centro da cidade.

O processo de reassentamento de famílias é um mecanismo difícil onde se deve observar as particularidades das comunidades envolvidas a fim de se evitar ruptura nas relações pré-estabelecidas pelos moradores tanto na área de origem como no espaço a ser ocupado.

O bairro possui construções tipicamente residenciais, em sua maioria 2 pavimentos, e a presença de bastante comércio e instituições religiosas como se pode observar na figura 8.

Figura 8 - Uso e Ocupação do Bairro



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O terreno, fica localizado na parte alta do bairro Liberdade. Centralizado, na comunidade, possui frente para a principal via do bairro – Avenida Pedro Paulo de Lacerda. Cercado por construções, residenciais e comerciais. A área já possui infraestrutura estabelecida com equipamentos públicos como Creche, Escola e Unidade Básica de Saúde como visto na figura 8.

4.1. Terreno

O terreno possui área total de 3.844m² confrontado frontalmente pela Avenida Pedro Paulo de Lacerda e lateralmente pelas ruas José da Silva Leal e Sonia Maria Pereira, aos fundos, faz divisa com propriedades particulares. Está localizado numa área central do bairro Liberdade próximo a equipamentos públicos e privados em Zona Predominantemente Residencial pelas ruas José da Silva Leal e Sônia Maria Pereira e Zona Mista 2 pela Avenida Pedro Paulo Lacerda, segundo zoneamento do PDDT.(Figura 9)

Figura 9 - Terreno escolhido para Reassentamento



Fonte: Pelo Autor (2021)

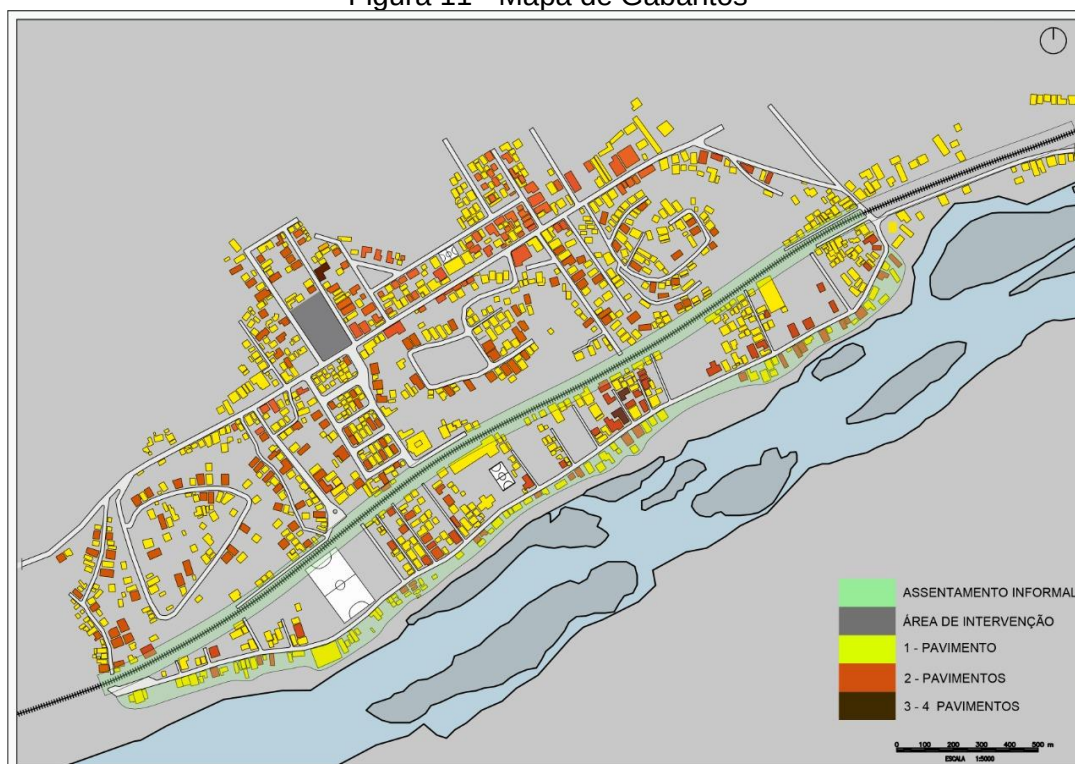
O terreno tem sua frente orientada a Sudeste, com alta incidência solar vindo da lateral (imagem 10) devido ao baixo gabarito da região (imagem 11). Os ventos predominantes são direção noroeste como mostrado na imagem 10.

Figura 10 - Ventos e Insolação



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021)

Figura 11 - Mapa de Gabaritos



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021)

Por estar na Zona Bioclimática 3, é experimentado um clima ameno com temperatura média de 20° C, segundo site da Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul.

Desta forma, o empreendimento de qual se trata este trabalho, deverá possuir soluções que permita uma relação harmônica com as condicionantes climáticas da região. Assim, buscando baixos impactos ambientais e unidades de habitações confortáveis e sustentáveis.

4.2. Legislação

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS – foi instituído pelo art. 2º da lei federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005, amparado pelos direitos e garantias fundamentais previstos pelo art. 6º da Constituição Federal que versa que “são direitos sociais [...] a moradia, [...] na forma desta Constituição” (Brasil, 1988). Alinhado aos preceitos da dignidade humana e segurança, cabe ao Estado, desta forma, a garantia do acesso à moradia digna à população com menor poder aquisitivo.

Ainda segundo a lei federal nº 11.124/2005 o SNHIS deverá atender aos princípios de democratização do processo garantindo o acesso à moradia digna pela população de menor renda, visto tal acesso como “vetor de inclusão social” (Brasil 2005) assegurado a função social da terra.

Além, a referida lei trata em seu Art. 3º que o SNHIS deverá ser parte integrante das políticas públicas dos entes da administração pública seja tal Federal, Estadual e ou Municipal.

A função social da propriedade – urbana ou rural – é definida, dentro dos limites do município de Paraíba do Sul, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial – PDDT – de Paraíba do Sul conforme item VI do Art. 5º do PDDT.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul foi instituído pela lei nº 2.493 de 05 de outubro de 2006.

Segundo o PDDT, em seu art. 17, a democratização do solo é uma das diretrizes a serem seguidas para que a cidade e a propriedade atendam sua função social. Além, o Art. 18 afirma que as propriedades que não atendam aos

regulamentos de ordenação do solo urbano e rural não atendem à função social da propriedade.

O Capítulo II do PDDT visa sobre a Habitação de Interesse Social no âmbito do município de Paraíba do Sul com a busca pela ampliação da oferta de habitações sociais no território da cidade “garantindo [...] a infraestrutura adequada, a qualificação ambiental e o oferecimento dos serviços necessários para a promoção da boa qualidade de vida” (PARAÍBA DO SUL, 2006.)

Desta forma, o empreendimento de implantação de Habitações de Interesse Social no município de Paraíba do Sul está regido pelas normas e regras de zoneamento, parcelamento e uso do solo, além dos índices urbanísticos definidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do Município.

Para atender aos índices e regras o empreendimento qual este trabalho propõe deverá atender ao que se segue na tabela 1:

Tabela 1: Índices Urbanísticos.

Índice Urbanístico	Valores Mínimos
Área de Lote	150 m ²
Testada	7m
Taxa de ocupação	60%
Recuo frontal	3m
Afastamentos laterais	1,5m ¹
Recuo posterior	3m
Taxa de permeabilidade	6%

*Valores obtidos a partir do PDDT

¹ Segundo o PDDT, edificações até 2 pavimentos podem ser implantadas com uma das laterais na divisa do lote, desde que respeitado o afastamento de 1,5m na outra lateral.

5. METODOLOGIA

A metodologia aplicada a este trabalho, tem intuito totalmente projetual. Neste capítulo, será abordado algumas das informações acima no que diz respeito às características que se pretende empregar no projeto.

Como já foi dito, propõe-se desenvolver um projeto de habitação social para atender os moradores que vivem em assentamentos informais no bairro Liberdade – Santa Josefa.

Para o desenvolvimento deste projeto, foi realizado levantamento bibliográfico que embase a relevância do tema aplicado à realidade do município de Paraíba do Sul. A partir de então, foram identificadas as áreas da cidade onde a situação se mostra mais latente.

Foi realizado, então, pesquisa junto a órgãos municipais de assistência social e saúde para melhor identificação da população das áreas identificadas como de risco e ou ocupação irregular. Com dados destes órgãos, foram identificadas as famílias que apresentavam maior risco socioambiental, às quais o tema possa ser aplicado.

Com os dados fornecidos pelo CRAS e pela UBS do Bairro Liberdade, foi possível desenvolver o perfil das famílias a serem atendidas pelo projeto para então desenvolver um programa de necessidades que os atenda de forma eficiente.

Além, foram analisados projetos e visitas técnicas dentro deste tema como base para o desenvolvimento da proposta final.

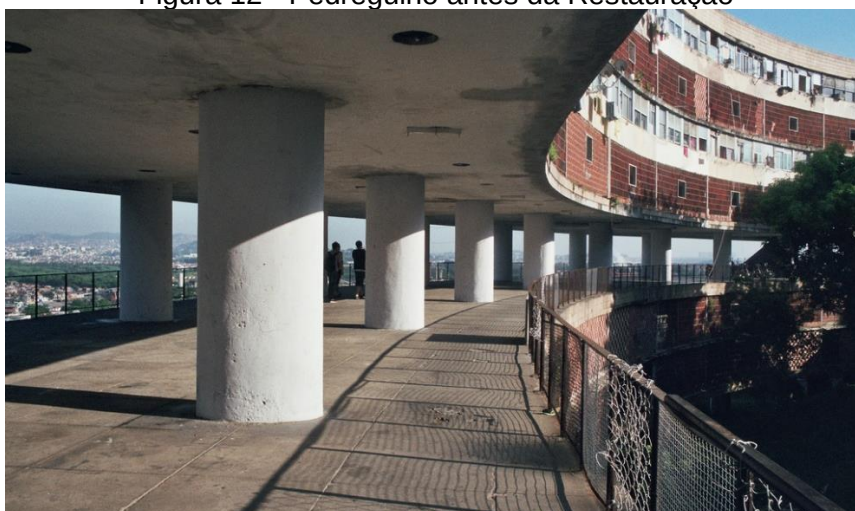
5.1. Visita Técnica

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada duas visitas técnicas, no Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho – no bairro São Cristóvão na cidade do Rio de Janeiro e na Comunidade Eldorado – bairro Limoeiro na mesma cidade da realização deste trabalho. As visitas proporcionaram compreender os espaços, fluxos, acessos, adequações realizadas pelos moradores, e até mesmo soluções que foram bem sucedidas ou não.

5.1.1. Conjunto Residencial do Pedregulho

O Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, localizado no bairro de São Cristóvão na cidade do Rio de Janeiro – RJ, foi construído na década de 1940 pelo Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, de autoria de Affonso Eduardo Reidy, foi projetado para ter alguns serviços essenciais a moradia no mesmo local: escola, ginásio, piscina, unidade de saúde, lavanderia e mercado. A falta de manutenção levou à rápida deterioração de muitos dos edifícios que o compõem. Por ser tombado, o início de sua restauração aconteceu no ano 2000 levando uma década para ser concluída.

Figura 12 - Pedregulho antes da Restauração



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2021.

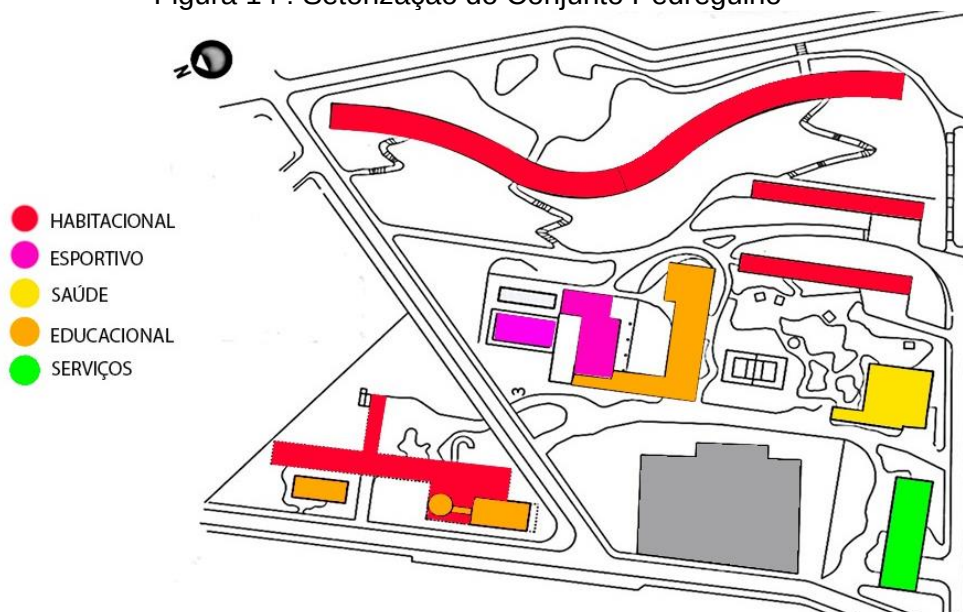
Figura 13 - Pedregulho após a Restauração



Fonte: Autor (2021)

O Conjunto é composto por um extenso programa distribuído em diferentes edificações, sendo o edifício habitacional o principal com 328 unidades habitacionais. Cada edifício do conjunto é definido por um volume simples, onde a forma indica a diferença de funções. “Paralelepípedo destina-se aos prédios residenciais; o prisma trapezoidal aos edifícios públicos; e as abóbadas, às construções desportivas”. (ARCHDAILY, 2011).

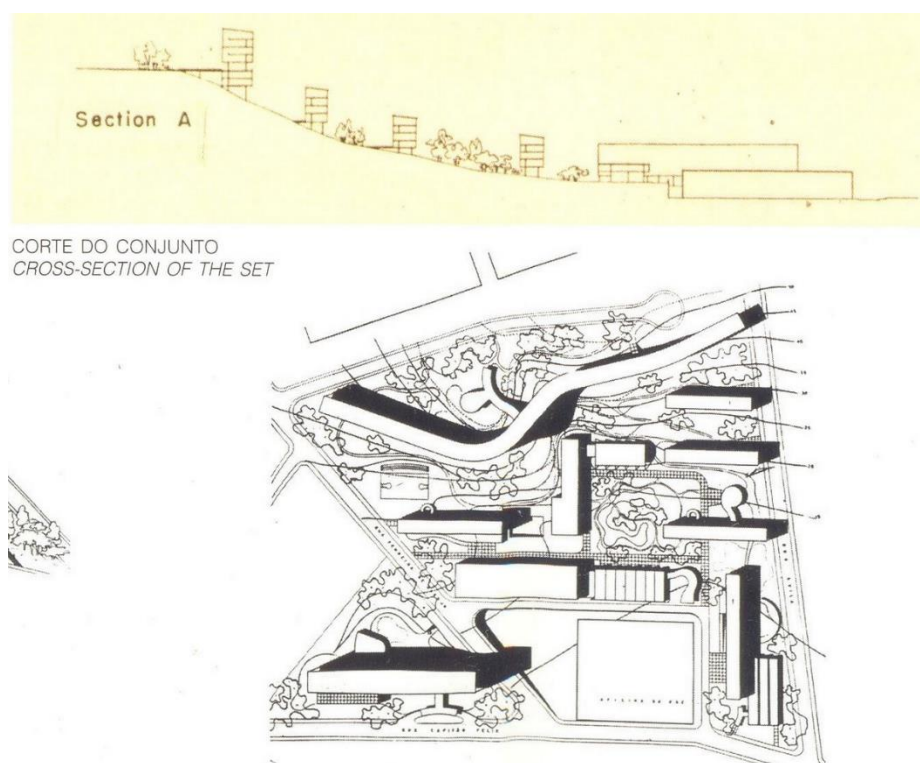
Figura 14 : Setorização do Conjunto Pedregulho



Fonte: Autor (2021)

A construção sobre pilotis, tem o intuito de aproveitar a vista para baía de Guanabara e sua forma serpenteada, acompanha as condições naturais do terreno, solução original empregada em função dos desníveis do solo (figura 15).

Figura 15 - Corte e Implantação do Pedregulho



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2021.

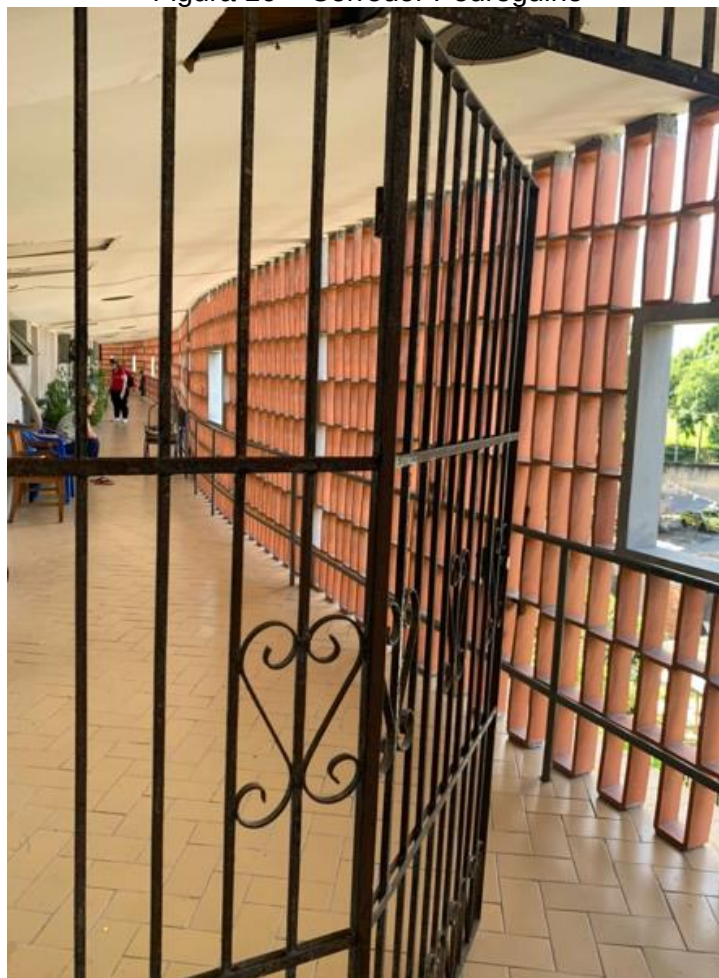
Durante a visita é possível compreender melhor os seus espaços, fluxos e dinâmica dos moradores com o conjunto. Dada amplitude do local, a vista da cidade é encantadora. A Infraestrutura adjacente foi descontinuada, ficando somente a escola, no entanto os moradores continuam satisfeitos, com a restauração mantendo o orgulho dos moradores pela edificação.

O conjunto apresentou ideias construtivas e importantes soluções, como áreas livres e externas de convívio. Ainda, a análise do estado do empreendimento com funções que não foram bem-sucedidas, servem de exemplo do que não executar, tais quais a lavanderia coletiva, da qual a população não tomou partido da ideia. Além uma nova forma de interação com o uso, segundo os moradores, os equipamentos foram se deteriorando e, devido aos altos custos de manutenção, acabaram por ser desativados de fato.

Ainda foi possível observar o respeito pelo espaço, que se traduzia na limpeza visível dos ambientes, conservação das paredes, além da ideia de pertencimento, uma vez que na porta de cada apartamento era possível observar

características individuais deixadas através de objetos como plantas e ornamentações sutis – figura 13.

Figura 16 – Corredor Pedregulho



Fonte: Pelo autor (2021)

5.1.2 Comunidade Eldorado

A Comunidade Eldorado, localizado no bairro Limoeiro na cidade de Paraíba do Sul – RJ, foi criado em meados de 19947 à 2000 por iniciativa do poder público e da sociedade civil para sanar parte do déficit de habitação do município.

A comunidade foi composta por três iniciativas de habitação popular (imagem 17), sendo duas de iniciativa do poder público - Governo do Estado com a construção de 80 casas, Companhia Estadual de Habitação 60 casas e uma por iniciativa da ONG Habitat Para Humanidade 85 casas, totalizando 225

unidades habitacionais. Este desenvolvimento se deu em dois momentos distintos.

Figura 17: Comunidade do Eldorado



Fonte: Pelo Autor (2021)

No primeiro momento aconteceram, consecutivamente, o primeiro empreendimento do Governo do Estado e o da ONG Habitat para a Humanidade. Após a consolidação da comunidade, foi realizado o segundo empreendimento da CEHAB – popularmente conhecido como Mundo Perdido (imagem 18), o qual é o objeto desta análise.

Figura 18: Mundo Perdido

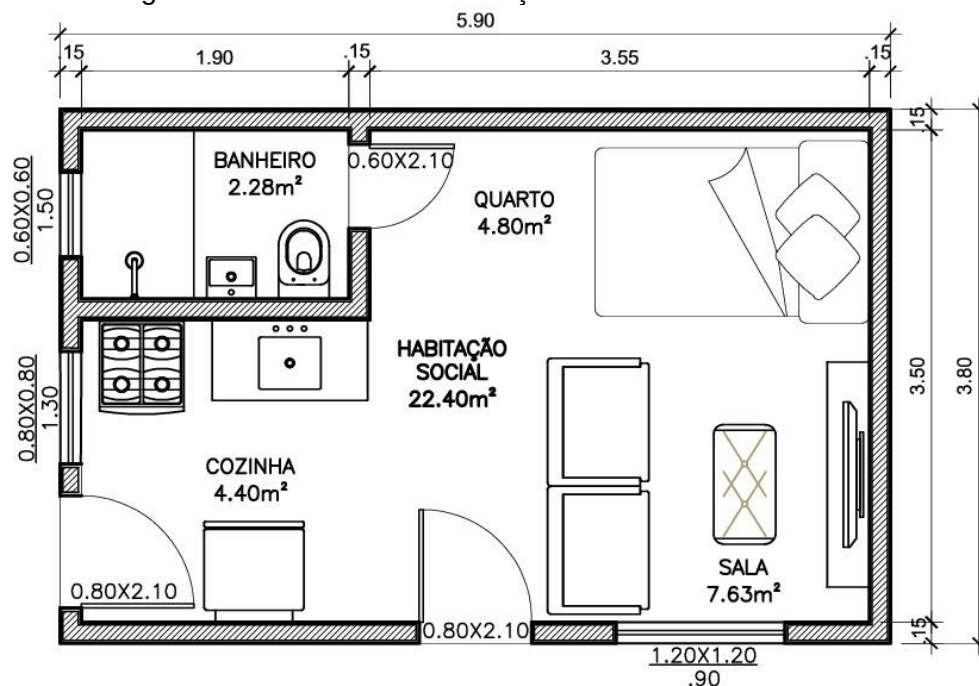


Fonte: Pelo Autor (2021)

Embora o poder público esteja presente na comunidade com equipamentos básicos – psf, escola e creche, a comunidade enfrenta problemas em relação a infraestrutura e segurança. Entende-se que, parte desses problemas possam ser gerados pela distância e vazios urbanos entre a comunidade e o centro urbano.

Ainda, o segundo projeto de iniciativa do poder público, embora tenha tido participação popular, esta participação se resumiu à execução das obras. Desta forma, foram ofertadas moradias com programa reduzido de apenas 3 (três) cômodos em 22,4m² - sala, cozinha e banheiro (imagem 19) para famílias, em sua maioria, numerosas.

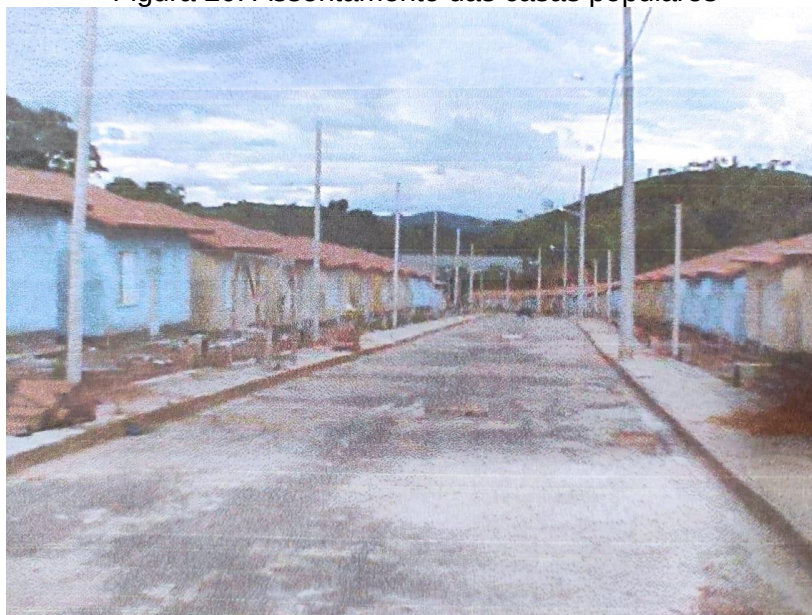
Figura 19: Planta Baixa Habitação Modelo Mundo Perdido



Fonte: Pelo Autor (2021)

Em razão do programa arquitetônico reduzido, e que não atendia de forma eficiente às famílias contempladas, hoje, em visita ao local, é possível perceber a grande descaracterização das edificações (imagem 20 e 21) e modificações em desacordo com as exigências públicas como afastamentos, taxa de ocupação e permeabilidade.

Figura 20: Assentamento das casas populares



Fonte: PLHIS 2010

Figura 21: Residência Modificada



Fonte: Pelo Autor (2021)

É presente, ainda, no cenário da comunidade, a depredação de algumas habitações por falta de manutenção por parte dos contemplados pelo projeto.

Assim, é possível perceber a importância de democratizar o projeto e necessidade de se conhecer o público a quem este se destina e suas variáveis sociais e comunitárias, além da presença constante do poder público para a garantia do gozo de habitações dignas de qualidade.

5.2. Referência projetual geral

Para a referência projetual não presencial, foi realizada diversas consultas e a escolha de dois projetos habitacionais que servirão de ajuda e inspiração durante todo o processo.

Fazendo um apanhado geral de todas as referências, foram possíveis identificar parâmetros a se aplicar no projeto qual trata este trabalho.

O edifício Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes mostra que o investimento em uma arquitetura não seriada influencia diretamente no sentimento de pertencimento além da autoestima da população que ocupa o empreendimento

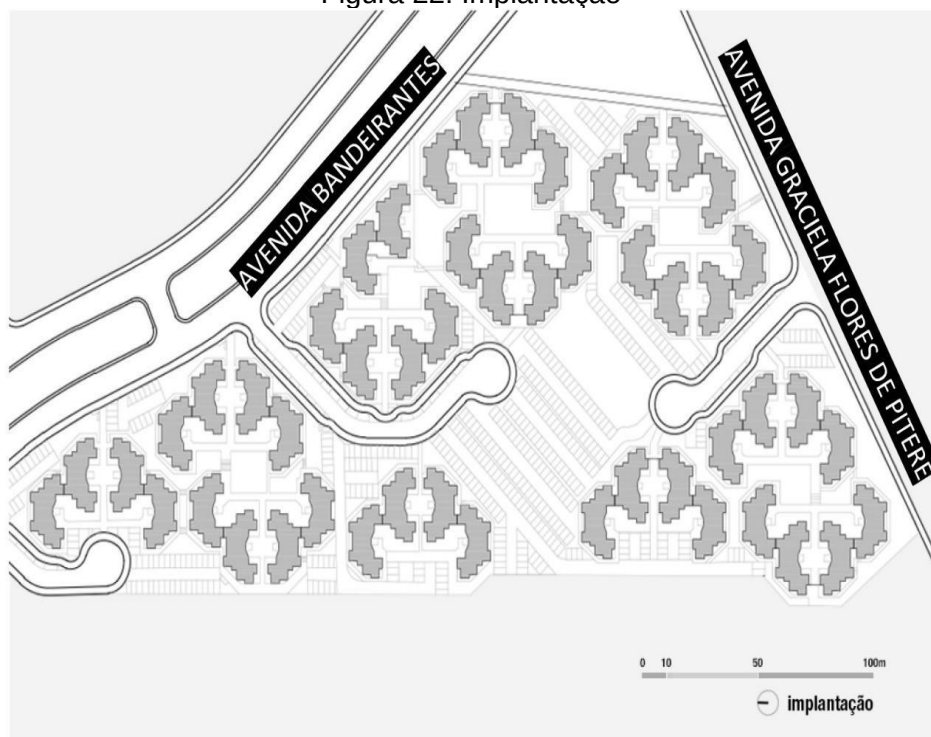
O COPROMO traz a ideia de democratização do processo de realocação, mostrando que, quando a população é parte no desenvolvimento no projeto se é possível produzir espaços de qualidade e programas que respondam com maior eficiência as demandas dos moradores do empreendimento.

No Jardim Vicentina os principais parâmetros a serem aplicados no projeto que trata este trabalho está no programa com ambientes com dimensões mais generosas e eficientes além do aproveitamento das condições climáticas reforçando a ventilação cruzada.

5.2.1. COPROMO - Cooperativa Pró Moradia de Osasco – USINA

O conjunto habitacional COPROMO, está localizado no Jardim Piratininga, Osasco – SP, no encontro de duas grandes avenidas da cidade, próximo a equipamentos como escolas, hospitais e centros de saúde.

Figura 22: Implantação



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

O projeto COPROMO (Cooperativa Pró Moradia de Osasco), começou a ser desenvolvido, em 1991 com auxílio do USINA e sua equipe de assessoria e arquitetos, reformulando todo o projeto arquitetônico para que se viabilizasse a construção por meio de ajuda mútua dos moradores - mutirões. O sistema

construtivo são blocos cerâmicos autoportantes de resistência elevada, dispensavam a execução de estruturas verticais, viabilizando assim a construção por mutirão. Uma vez que a maioria das pessoas que participariam das obras não tinha familiaridade com a construção civil, o método construtivo proposto possibilitou a execução do projeto com a mão de obra dos membros da cooperativa, desta forma, os moradores tiveram participação em todos os processos de produção da habitação social. (ARCHDAILY, 2015).

Figura 23 - Processo Construtivo

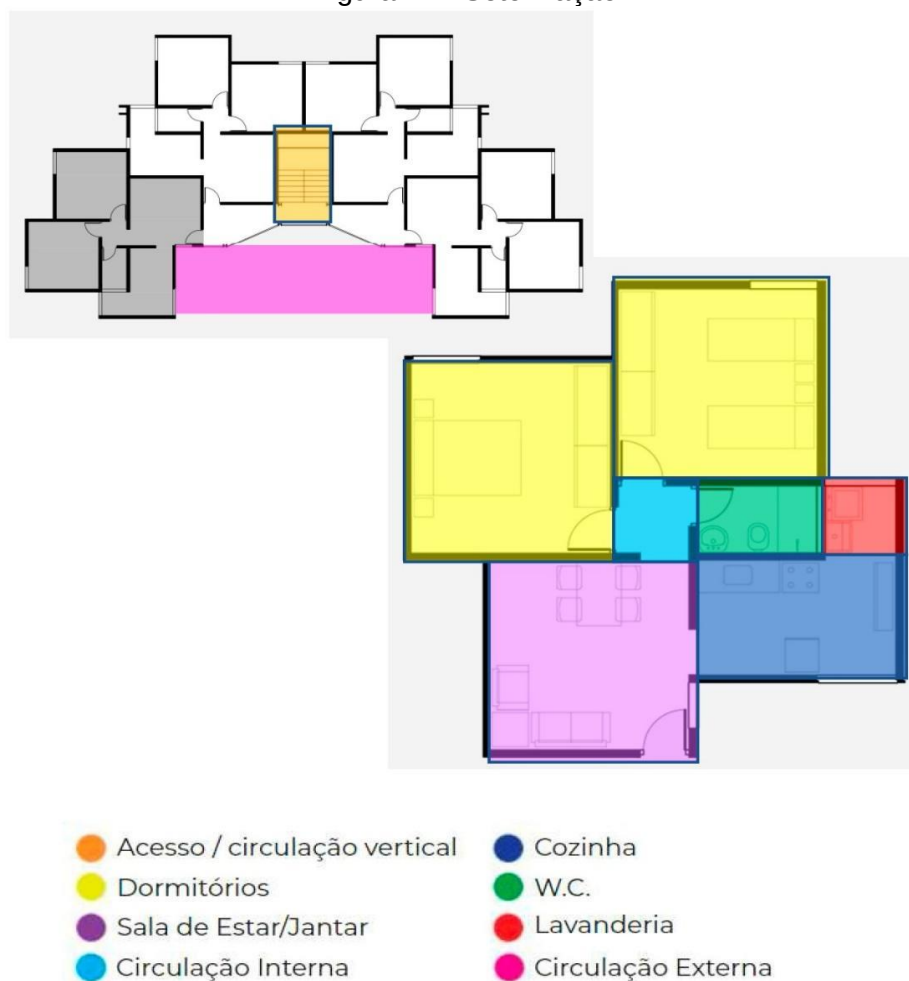


Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

O programa elaborado com a participação da população interessada ficou definido em um apartamento espaçoso de dois quartos que, somando a outros fatores, contribuíram para a definição do desenho arquitetônico.

O menor apartamento tem cerca de 54m² que se desdobra em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, resultando em um edifício com quatro unidades habitacionais idênticas em cinco pavimentos, articuladas em torno da circulação vertical.

Figura 24 - Setorização



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

O término do conjunto habitacional, ocorreu em 1998, totalizando 50 edifícios, que juntos somam 1.000 unidades. A ocupação dos apartamentos se deu através dos laços sociais estabelecidos ao longo do processo de construção.

Figura 25 - Conjunto habitacional Finalizado



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

5.2.2. Urbanização do Jardim Vicentina / Vigliecca & Associados

Localizado na favela do Jardim Vicentina, periferia da cidade de Osasco, na Grande São Paulo, o projeto de habitação social, contou também com projeto urbanização uma vez que a área de intervenção se encontrava parcialmente urbanizada. O terreno de implantação do projeto abrangia uma área de aproximadamente 95.000m² em uma região de talvegue.

A população daquela área vivia em uma situação de precariedade, com moradias construídas em de madeira ou alvenaria, com um ou dois pavimentos, em áreas de risco de desabamento, inundações e contaminações. (ARCHDAILY, 2017).

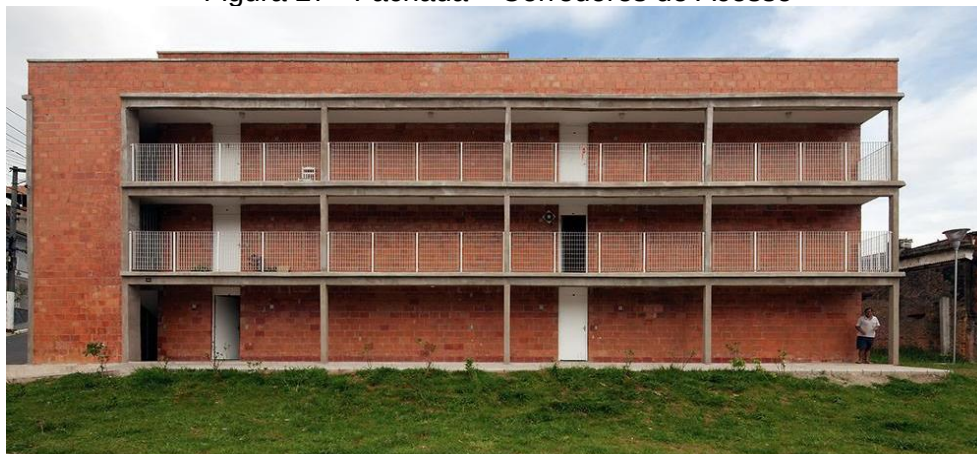
Figura 26 - Implantação proposta



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

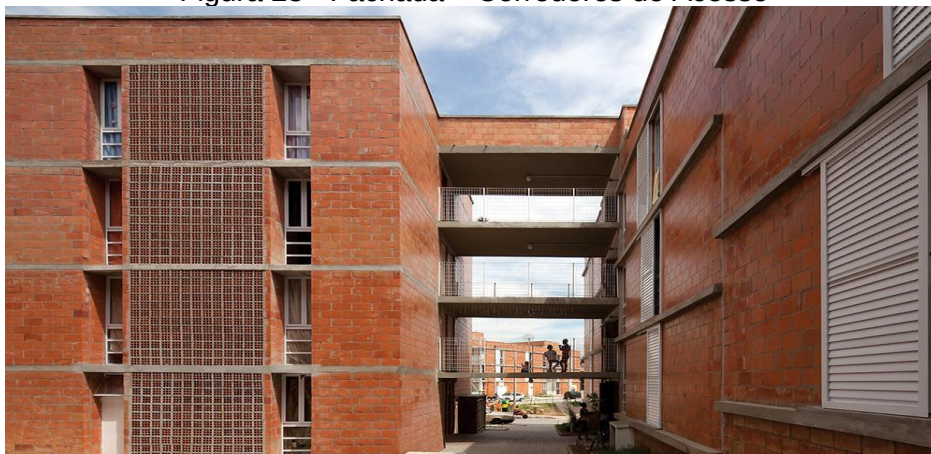
A remoção ocorrida foi das famílias que viviam nas áreas mais críticas, especificamente à beira do córrego. Foram construídas 3 tipologias em torno de 50m² em bloco cerâmico estrutural aparente, todas agrupadas linearmente ao longo do córrego canalizado, definindo duas novas frentes urbanas de cada lado do eixo viário de serviços proposto.

Figura 27 - Fachada – Corredores de Acesso



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

Figura 28 - Fachada – Corredores de Acesso



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

A tipologia 1 é elevada do solo em 1 metro para que o edifício se encaixe na topografia sem necessidade de grandes aterros e gerando maior privacidade aos usuários do primeiro pavimento. O edifício possui três pavimentos e o bloco se repete várias vezes na rua denominada Rua dos Sonhos. Com um acesso vertical central por escadas e um pequeno hall comum para as duas unidades espelhadas (figura 24).

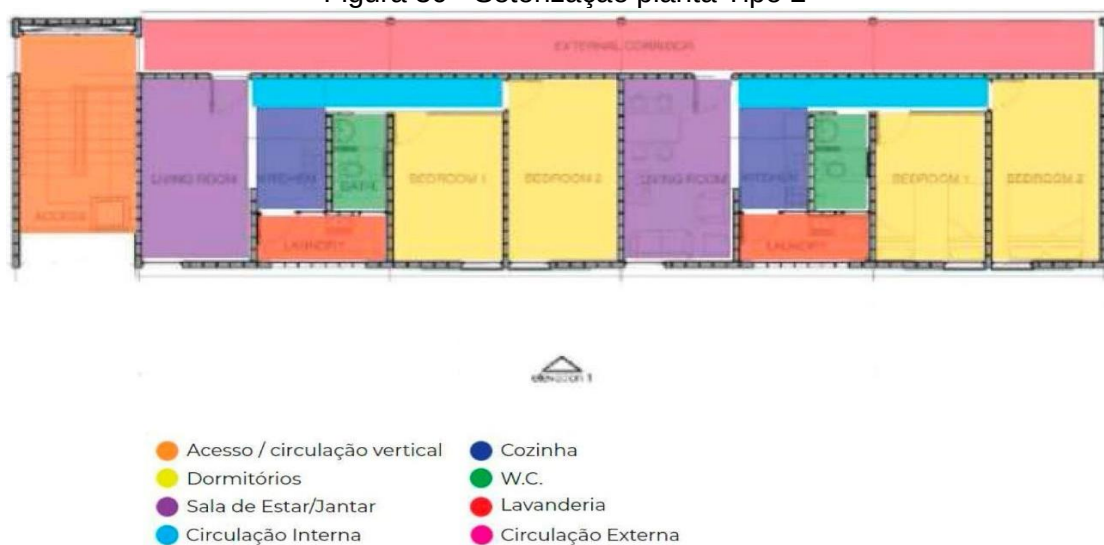
Figura 29 - Setorização planta Tipo 1



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

A tipologia 2 contém de 2 a 3 apartamentos por pavimento e é caracterizado por um acesso lateral vertical, através de escadarias, e um corredor de acesso horizontal aberto, protegido por guarda – corpo, de uso comum aos apartamentos (figura 25).

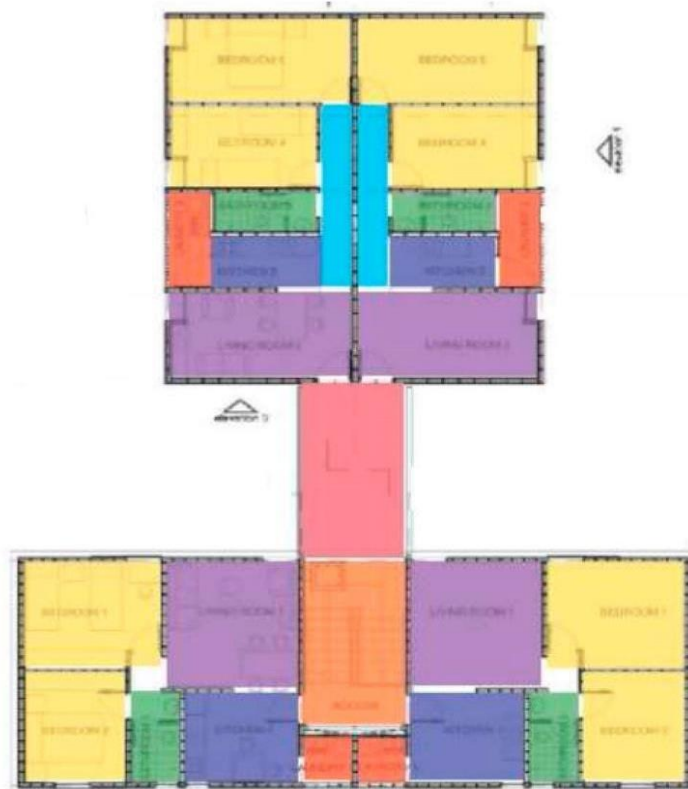
Figura 30 - Setorização planta Tipo 2



Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

A tipologia 3 possui um maior número de apartamentos por pavimentos – 4 – (figura 26), é a tipologia que menos se repete, ainda, talvez, a mais interessante, pois cria pequenos espaços privativos entre as habitações, além de ser a única com área técnica no subsolo, aproveitando a topografia.

Figura 31 - Setorização planta Tipo 3



- | | |
|--------------------------------|----------------------|
| ● Acesso / circulação vertical | ● Cozinha |
| ● Dormitórios | ● W.C. |
| ● Sala de Estar/Jantar | ● Lavanderia |
| ● Circulação Interna | ● Circulação Externa |
| ● Área Técnica | |

Fonte: Archdaily com adaptações pessoais, 2020.

Com relação a conforto térmico, maior parte dos quartos ficam dispostos para leste ou oeste, foram propostos brises móveis, para proteção solar. Porém a atitude se torna insuficiente uma vez que as tipologias se repetem em diversas posições na implantação expondo ambientes como dormitórios a fachadas críticas virados com norte.

Nas circulações de escada foram utilizados blocos cerâmicos vazados e os corredores de acesso são abertos e protegidos por guarda-corpo, permitindo a ventilação natural.

6. RESULTADOS ESPERADOS

O resultado esperado da proposta é um programa arquitetônico de habitação social, que embarque qualidade ambiental, social e construtiva, capaz de atender 18 famílias em condições críticas de moradia em área de risco socioambiental.

6.1.1. Conceito

O desenvolvimento do projeto objeto deste trabalho se apoiou sobre o conceito de Sociabilidade, sendo então este conceito parâmetro norteador e balizador do projeto.

O conceito de Sociabilidade se traduz no projeto desde a escolha do terreno à implantação e desenvolvimento da forma e do programa.

Na escolha do terreno este conceito está presente na decisão de utilizar um terreno centralizado na comunidade criando a possibilidade de reforço e manutenção dos laços sociais existentes e a criação de novos laços comunitários.

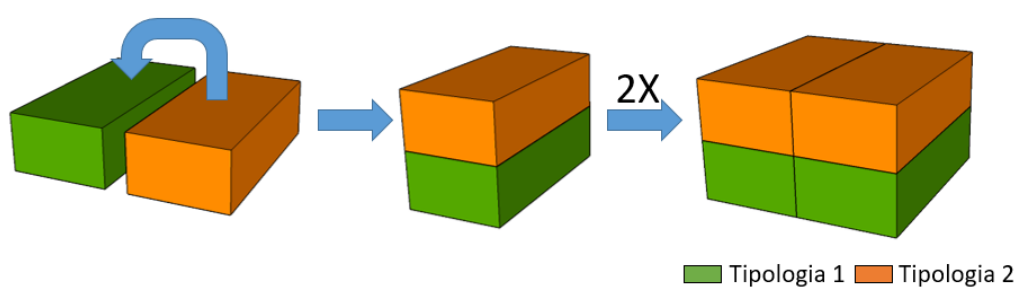
Quanto à implantação a sociabilidade pode ser percebida na valorização de espaços públicos criados no terreno para uso tanto da população geral da comunidade como das famílias a serem reassentadas

No programa, o conceito está definido por um programa capaz de atender maior número de indivíduos valorizando a composição pré-existente das famílias.

6.1.2. Forma

A forma é desenvolvida a partir da união de 2 paralelepípedos simples empilhados onde cada um dos paralelepípedos representa um dos programas. Esta união então é duplicada formando um bloco geminado (Figura 27).

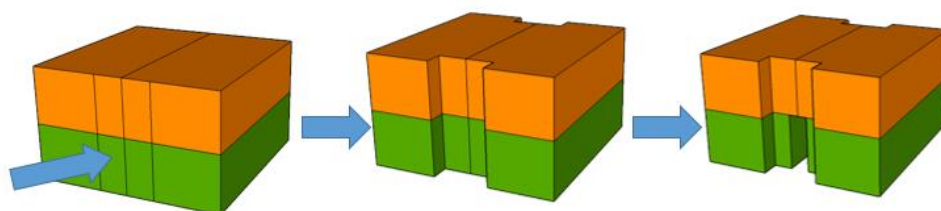
Figura 32: Composição da forma 1



Fonte: Pelo autor (2021)

Para definição dos acessos, são realizadas subtrações de outros paralelepípedos formando as varandas e escada (figura 28).

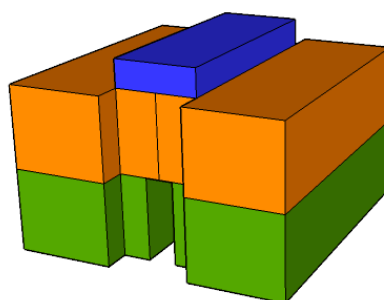
Figura 33: Composição da forma 2



Fonte: Pelo autor (2021)

Por fim, é adicionado um novo bloco para o volume das caixas d'água.

Figura 34: Forma final



Fonte: Pelo autor (2021)

6.1.3. Implantação

A implantação das edificações tem como referência as quadras de Barcelona na Espanha, buscando valorizar o interior da quadra como área de convivência, alinhado ao padrão de sociabilidade presente na comunidade.

Assim, as edificações possuem suas fachadas viradas para uma via central no terreno reforçando as ideias de sociabilidade habituais à população relocada.

Figura 35: Implantação do Projeto



Fonte: Pelo autor (2021)

6.1.4. Programa de Necessidades

O programa de necessidades se desenvolve igualmente em todos os blocos, cada bloco é composto por 4 módulos de habitação com 2 tipologias.

Para a definição do programa de necessidades foi definido como padrão uma família composta por dois ou três adultos e entre duas a quatro crianças.

Desta forma, os programas foram divididos em dois tipos, sendo o tipo 1 térreo e o tipo 2 no segundo pavimento.

O desenvolvimento do programa de necessidades foi formatado com base nos projetos básicos dos programas de habitação social no Brasil, além da capacidade de mobiliário mínimo estipulado pelo programa Minha Casa Minha Vida.

Desta forma o programa se desenvolveu para o tipo 1 em 96,60m² e o tipo 2 em 99,90m².

A área comum aos blocos, possuem , horta comunitária, espaço gourmet, espaços nas vias destinados a estacionamento de carros e a frente do empreendimento uma praça com parque, academia ao ar livre, bancos e árvores para uso dos moradores e da comunidade.

O programa de necessidades da unidade Tipo 1 é composta pelos seguintes ambientes:

- Hall de entrada
- Sala de Estar
- Cozinha integrada com sala de jantar
- 1 quarto de solteiro
- 2 quartos de casal
- Banheiro
- Área de serviço

Figura 36: Layout Pavimento Térreo – Tipo 01



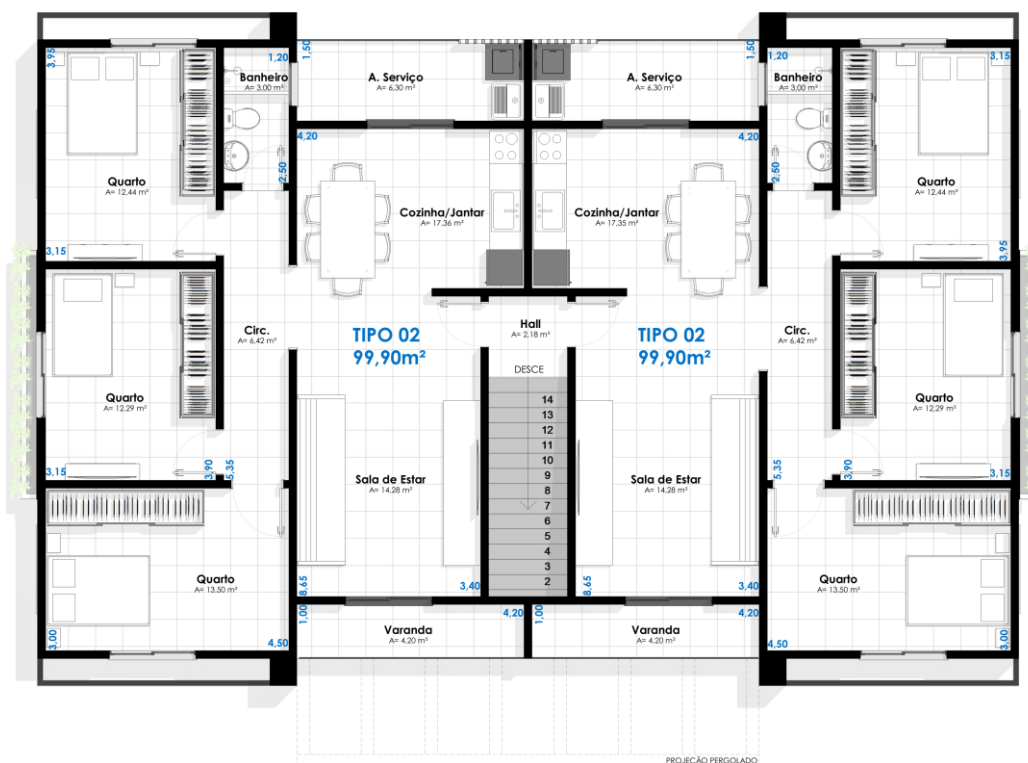
Fonte: Pelo autor (2021)

O programa de necessidades da unidade Tipo 2 é composta pelos seguintes ambientes:

- Hall de entrada
- Sala de estar
- Varanda
- Cozinha com sala de jantar
- 1 quarto de solteiro

- 2 quartos de casal
- Banheiro
- Área de Serviço

Figura 37: Layout Pavimento Superior – Tipo 02



Fonte: Pelo autor (2021)

7. CONCLUSÃO

Natural ao assentamento irregular, a comunidade de Santa Josefa no bairro Liberdade é um problema urbanístico experimentado por grande parte do Brasil. Esta comunidade tem o seu nascimento e desenvolvimento caracterizado pela omissão do poder público no que tange a fiscalização e observação de legislações como Código de Obras e Código Ambiental.

Não apenas a comunidade de Santa Josefa, em Paraíba do Sul é possível observar a ocupação das áreas não edificantes como áreas ribeirinhas, margem de ferrovias e rodovias de forma massiva, inclusive por organizações como clubes esportivos, comércio e, em sua maioria, habitações.

Mesmo diante do histórico de sinistros ambientais conhecidos pela população da cidade – principalmente enchentes – que afetam diretamente as

famílias que vivem nessas áreas de risco, o poder público ainda se mantém alheio ao problema deste tipo de ocupação.

Sabendo que, principalmente a comunidade de Santa Josefa, é uma comunidade ocupada em sua maioria por famílias também em risco social e de baixo poder aquisitivo. Neste trabalho entende-se que as políticas públicas de habitação são ferramentas essenciais para reverter este quadro.

Dessa maneira, o investimento em habitação social por parte da administração pública deve priorizar a segurança social e ambiental da população garantindo habitações que ofereçam subsídios para a plena ação de cidadania e democratização da cidade.

Neste trabalho entende-se que os investimentos em habitação popular devem priorizar questões como a democracia no processo desde o projeto ao reassentamento.

O resultado deste trabalho, então, é a exposição da possibilidade de desenvolvimento de uma habitação popular que valorize o convívio e ofereça qualidade e dignidade à população de menor poder aquisitivo e que necessita de atenção da esfera pública.

Figura 38: Perspectiva do Projeto



Fonte: Pelo autor (2021)

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Juan Carlo; ROSA, Adriana A. C.. The Housing Units In A Sustainable Context As A Form Of Urban Inserts Applicable To The Quality Of Life. **As Unidades Habitacionais Num Contexto Sustentável Como Forma de Inserção Urbana Aplicável A Qualidade de Vida**, São Paulo, p. 187-204, nov. 2019. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/VisualizacaoArtigo.aspx?id=58>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ARCHDAILY. **Urbanização do Jardim Vicentina / Vigliecca & Associados**. 2017. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/804477/urbanizacao-do-jardim-vicentina-vigliecca-and-associados?ad_source=search&ad_medium=projects_tab. Acesso em: 28 nov. 2020.

BARATTO, Romullo. **USINA 25 anos - COPROMO**. 2015. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/767128/usina-25-anos-copromo?ad_source=search&ad_medium=projects_tab&ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 29 nov. 2020.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRANDÃO, Douglas Queiroz. Disposições técnicas e diretrizes para projeto de habitações sociais evolutivas: technical recommendations and guidelines for designing adaptable low-income houses. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 73-96, abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/16856>. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil nº Art. 6º, de 05 de outubro de 1988. **Capítulo II dos Direitos Sociais**: Art. 6º. Brasil, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. **Dispõe Sobre O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – Snhis, Cria O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – Fnhis e Institui O Conselho Gestor do Fnhis**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11124.htm. Acesso em: 22 nov. 2020.

CAVALHEIRO, Debora de Camargo. **Análise de projetos de reassentamento habitacional: o caso do projeto serra do mar no estado de são paulo**. 2015. 257 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Engenharia de Construção Civil e Urbana, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde-09052016-112829/pt-br.php>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FEDERAL, Governo. **Ministério do Desenvolvimento Regional**: programa casa verde e amarela. Programa Casa Verde e Amarela. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela/o-programa>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo brasil urbano**. São Paulo: Labhab - Fauusp / Fupam, 2012. 202 p. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br/project/produzir-casas-ou-construir-cidades-desafios-para-um-novo-brasil-urbano/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

IBGE, Cidades. **IBGE**: população. POPULAÇÃO. 2020. PARAÍBA DO SUL. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LIS, Laís. **Déficit habitacional do Brasil cresceu e chegou a 5,876 milhões de moradias em 2019, diz estudo**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/deficit-habitacional-do-brasil-cresceu-e-chegou-a-5876-milhoes-de-moradias-em-2019-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Congresso. Senado. **Portaria no - 21, de 22 de Janeiro de 2014**: Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, 22 jan. 2014. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/2014/portaria_21_2014_tra. Acesso em: 28 nov. 2020.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Congresso. Senado. **Portaria no - 317, de 18 de Julho de 2013**: Dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de fa. Brasília, BR, 19 jul. 2013. Disponível em: http://diretrizes-grandesobras.gvces.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Ministerio-das-Cidades_PORTAR. Acesso em: 17 nov. 2020.

PARAÍBA DO SUL (Município). Lei nº 2.493, de 05 de outubro de 2006. **Plano Diretor**: Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul - PDDT. PARAÍBA DO SUL, RJ.

PLHIS PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. Paraíba do Sul: Pmps, 2010.

PREFEITURA, Paraíba do Sul. **A Cidade**: dados gerais. Dados Gerais. 2020. Disponível em: <https://paraibadosul.rj.gov.br/acidade/dados-gerais>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. O DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. **Ciência e Natura**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 201-213, 14 maio 2014. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2179460x11637>. Disponível

em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/viewFile/11637/pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SÁ, Leonardo. **Clássicos da Arquitetura: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho) / Affonso Eduardo Reidy**. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy>. Acesso em: 17 maio 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009. (2ª Reimpressão).

SUL, Prefeitura de Paraíba do. **A Cidade: dados gerais**. Dados Gerais. 2020. Disponível em: <https://paraibadosul.rj.gov.br/acidade/dados-gerais>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TANABE, Roberta Yuri. **Projeto de Reassentamento Através da Habitação de Interesse Social [Jardim Monte Cristo, Suzano-SP]**: tcc - arquitetura e urbanismo. 2019. 154 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Mogi das Cruzes, São Paulo, 2019. Disponível em: https://issuu.com/robertatanabe/docs/roberta_tcc_his. Acesso em: 25 ago. 2020.

VALADARES, Lícia do Prado; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **BANCO NACIONAL DA HABITACAO (BNH)**: centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do brasil.. Rio de Janeiro: Cpdoc | Fgv (Org)., . Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>. Acesso em: 17 nov. 2020.

VERDE, G1 Sul do Rio e Costa. **Chuva forte causa alagamentos e inundações em Paraíba do Sul, RJ**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2016/01/chuva-forte-causa-alagamentos-e-inunda>. Acesso em: 04 out. 2020.